



## **CADERNO DE PROVAS**

# **1º SIMULADO NACIONAL P/ DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL**

**Edital CESPE DPF 2012**

### **6 DA PROVA OBJETIVA**

6.1 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 120,00 pontos e abrangerá os objetos de avaliação constantes do Anexo I deste edital.

6.2 A prova objetiva será constituída de 120 itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código E, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3 Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas.

(...)

### **14 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO NA PRIMEIRA ETAPA**

14.1 Todos os candidatos terão sua prova objetiva corrigida por meio de processamento eletrônico.

14.1.1 A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas; 1,00 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas; 0,00 ponto, caso não haja marcação ou haja marcação dupla (C e E).

14.1.2 A nota na prova objetiva será igual à soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.



---

**Direito Constitucional**

---

**Questão 01**

O método de interpretação da Constituição que, por considerá-la um sistema aberto de regras e princípios, propõe que se deva encontrar a solução mais razoável para determinado caso jurídico partindo-se da situação concreta para a norma, é denominado método tópico-problemático.

**Questão 02**

O poder constituinte derivado reformador, também chamado de poder constituinte difuso, refere-se às mutações constitucionais.

**Questão 03**

Um delegado da polícia federal, tendo recebido denúncia anônima de que André estaria contrabandeando cigarros de comercialização proibida no país, requereu, antes mesmo de colher provas acerca da informação recebida, a juiz da vara federal criminal competente a interceptação das comunicações telefônicas de André pelo prazo de quinze dias, sucessivamente prorrogado durante os quarenta e cinco dias de investigação. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito das interceptações telefônicas.

O delegado não poderia ter determinado a instauração de inquérito policial exclusivamente com base na denúncia anônima recebida.

**Questão 04**

Um delegado da polícia federal, tendo recebido denúncia anônima de que André estaria contrabandeando cigarros de comercialização proibida no país, requereu, antes mesmo de colher provas acerca da informação recebida, a juiz da vara federal criminal competente a interceptação das comunicações telefônicas de André pelo prazo de quinze dias, sucessivamente prorrogado durante os quarenta e cinco dias de investigação. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito das interceptações telefônicas.

A interceptação telefônica solicitada pelo delegado e autorizada judicialmente é nula, haja vista ter sido sucessivamente prorrogada pelo magistrado por prazo superior a trinta dias, o que contraria a previsão legal de que o prazo da interceptação telefônica não pode exceder quinze dias, renovável uma vez por igual período.

**Questão 05**

Um delegado da polícia federal, tendo recebido denúncia anônima de que André estaria contrabandeando cigarros de comercialização proibida no país, requereu, antes mesmo de colher provas acerca da informação recebida, a juiz da vara federal criminal competente a interceptação das comunicações telefônicas de Milton pelo prazo de quinze dias, sucessivamente prorrogado durante os quarenta e cinco dias de investigação. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito das interceptações telefônicas.

A conversa telefônica gravada por um dos interlocutores não é considerada interceptação telefônica.

**Questão 06**

Em relação aos direitos e deveres fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsecutivos.

Caso determinado deputado estadual perca seu mandato eletivo por infidelidade partidária, o deputado que assumir o mandato em seu lugar deve, necessariamente, ser do partido político pelo qual o primeiro tenha sido eleito.

**Questão 07**

À luz do entendimento do STF e da doutrina sobre as CPI, julgue os itens subsequentes.



As CPI instauradas no âmbito do Congresso Nacional podem determinar o bloqueio dos bens de um investigado.

**Questão 08**

À luz do entendimento do STF e da doutrina sobre as CPI, julgue os itens subsequentes.

A quebra de sigilo bancário e fiscal são medidas compreendidas na esfera de competência das CPI instauradas pelo Congresso Nacional.

**Questão 09**

À luz do entendimento do STF e da doutrina sobre as CPI, julgue os itens subsequentes.

As CPI instauradas pelos poderes legislativos municipais possuem poderes investigativos próprios das autoridades judiciais.

**Questão 10**

A respeito do Poder Legislativo, julgue os próximos itens.

Aos suplentes de senadores e deputados federais são garantidas as mesmas prerrogativas dos titulares, ainda que aqueles não estejam em exercício.

**Questão 11**

A respeito do Poder Legislativo, julgue os próximos itens.

O processo penal impetrado contra deputado federal será julgado no STF, enquanto durar seu mandato, ainda que o crime cometido não tenha relação com o exercício da função.

**Questão 12**

A respeito do Controle de Constitucionalidade, julgue o item a seguir.

Duas ações diretas de inconstitucionalidade foram julgadas procedentes: a primeira, porque a lei continha vício de iniciativa; a segunda, porque um tributo por ela criado não respeitou o princípio da anterioridade tributária, razão por que o tribunal declarou inconstitucional sua cobrança no exercício financeiro de sua criação, e a redação desta lei não precisou ser alterada. Nessa situação, as técnicas de decisão de inconstitucionalidade aplicadas foram a declaração de nulidade total e declaração de nulidade parcial sem redução de texto, respectivamente.

---

**Direito Administrativo**

---

**Questão 13**

Quanto à organização da Administração Pública, julgue o item abaixo:

As sociedades de economia mista e empresas públicas são entidades de direito privado integrantes da administração indireta, criadas por autorização legal, para o desempenho de atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, prestação de serviços públicos.

**Questão 14**

Nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item:

Atendida a necessária prévia notificação, o inadimplemento do usuário permite que se efetue corte no fornecimento de serviço público essencial, ainda que tal inadimplência se refira a dívida contraída por usuário pessoa jurídica de direito público que não preste serviços indispensáveis à população.

**Questão 15**

Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.



Em razão do dever estatal de proteção à incolumidade física do preso, a responsabilização civil do Estado em caso de morte no interior de estabelecimento prisional ocorrerá ainda que seja demonstrada a impossibilidade do ente de agir para evitar a morte do detento.

**Questão 16**

Julgue o item que se segue, a respeito da Administração Indireta e do Terceiro Setor.

As relações de trabalho nas agências reguladoras são regidas pela CLT e pela legislação trabalhista correlata, em regime de emprego público.

**Questão 17**

Acerca dos atos administrativos e do poder de polícia, julgue os itens subsequentes.

Embora a revogação seja ato administrativo discricionário da administração, são insuscetíveis de revogação, entre outros, os atos vinculados, os que exaurirem os seus efeitos, os que gerarem direitos adquiridos e os chamados meros atos administrativos, como certidões e atestados.

**Questão 18**

Sobre os contratos administrativos, julgue o item subsequente.

A falência ou a extinção da empresa concessionária são causas de extinção dos contratos administrativos de concessão de serviços públicos.

**Questão 19**

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue a assertiva que segue:

É possível a manutenção da inscrição do município em cadastros restritivos, quando a irregularidade é fundada em aspectos da gestão anterior, ainda que a gestão sucessora tome providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

**Questão 20**

Julgue o item abaixo.

É correto afirmar que a ação de ressarcimento ao erário decorrente da prática de ato de improbidade administrativa é imprescritível.

**Questão 21**

Julgue o item abaixo, quanto ao controle da Administração Pública.

No exercício do controle político da administração pública, compete às CPIs apurar irregularidades e determinar sanções.

**Questão 22**

Em relação ao uso do bem público por particulares, julgue o próximo item.

O concessionário de uso de bem público exerce posse *ad interdicta*, mas não exerce posse *ad usucapionem*.

**Questão 23**

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

Consoante o critério da administração pública, o direito administrativo é o ramo do direito que tem por objeto as atividades desenvolvidas para a consecução dos fins estatais, excluídas a legislação e a jurisdição.

**Questão 24**

Em relação às transformações do Direito Administrativo, julgue o item subsequente.



A participação do cidadão na gestão pública, a constitucionalização do direito administrativo e a transparência na gestão pública são elementos que contribuem para a democratização da administração pública.

---

### Direito Penal

---

#### Questão 25

João foi condenado definitivamente por roubo majorado, em razão de ter subtraído R\$ 500,00 de Sônia, após ameaçá-la com uma faca de cozinha, em 10/05/2017. Com o advento da Lei 13.654, de 23 de abril de 2018, o réu deve ser beneficiado pela lei nova mais benéfica, devendo o juiz da execução aplicar a pena do roubo simples.

#### Questão 26

A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri vier a desclassificar o crime.

#### Questão 27

João e Rosa viajam em um transatlântico, quando acontece um acidente com um *iceberg* e ele afunda. Os dois, então, buscam uma tábua e pensam que ela não é suficiente para manter ambos fora da água. Assim, lutam pela tábua até que João acaba afogando Rosa, pensando ser isso necessário para que ele sobreviva. Entretanto, a tábua era grande e possuía capacidade para manter os dois flutuando.

João agiu sob uma dirimente putativa, cujo erro recaiu sobre os pressupostos fáticos. Deste modo, se o seu erro for considerável inevitável, o dolo e a culpa ficarão afastados. Se o erro for evitável, João deve responder por homicídio culposo.

#### Questão 28

Segundo a o STJ, é inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

#### Questão 29

Segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

#### Questão 30

Com o advento do finalismo e a migração do dolo e da culpa do substrato da culpabilidade para o fato típico, o dolo passou a ser compreendido como normativo.

#### Questão 31

A reincidência influencia os prazos de prescrição da pretensão punitiva e da pretensão executória, provocando a sua exasperação.

#### Questão 32

Cabe legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva.

#### Questão 33

O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, é considerado hediondo em sua forma tentada ou consumada.

#### Questão 34



Em relação à lavagem de capitais, a modalidade da autolavagem não é punível, sob pena de afronta ao princípio do *ne bis in idem*.

**Questão 35**

No caso de lesão corporal leve praticada no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, o crime é de ação penal pública condicionada a representação. Entretanto, caso a ofendida queira se retratar da representação, deve ser designada audiência para que ela se manifeste perante o juiz, com oitiva do Ministério Público.

**Questão 36**

Não é possível a concessão de indulto ou de comutação ao crime de tráfico, mesmo na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006), por ser crime equiparado a hediondo.

**Questão 37**

João foi encontrado pela Polícia Federal em Foz do Iguaçu, dirigindo-se para a fronteira com o Paraguai com 10 kg de cocaína escondidos abaixo do painel do seu carro. Ele deve ser condenado por tráfico de drogas, sem a majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006), já que não chegou a efetivamente cruzar a fronteira.

**Questão 38**

No caso de transmissão clandestina de sinal de internet, via radiofrequência, fica afastada a tipicidade material em caso de o sinal ser de baixa potência e não houver a obrigatoriedade de autorização por parte do órgão regulador, como na hipótese de serviço de valor adicionado (SVA).

**Questão 39**

Felipe se apropriou de verbas públicas federais, mas, ao final apurou-se que o valor total chegou a R\$ 40,00. O Ministério Público Federal deve promover o arquivamento do inquérito, por se tratar de crime de bagatela.

**Questão 40**

A doutrina diferencia o crime de racismo do crime de injúria racial. Entretanto, o STJ tem entendido que o último é modalidade do primeiro e, por isso, deve ser considerado imprescritível.

**Questão 41**

Maria exportou para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente, conduta que configura crime ambiental previsto na Lei 9.605/98. No curso do inquérito, verifica-se que ela estudou apenas até a 4ª série, circunstância que será considerada como atenuante da pena.

**Questão 42**

A constituição definitiva do crédito tributário é condição objetiva de punibilidade dos crimes previstos no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/90.

**Questão 43**

É possível a infiltração de agentes policiais para a investigação dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Deve ser precedida por autorização judicial, mediante requerimento do Ministério Público ou requerimento do delegado de polícia. O prazo não pode exceder 90 dias, sendo possíveis renovações, desde que o total não ultrapasse 720 dias, no caso de o juiz entender necessária a prorrogação.

**Questão 44**

No artigo 309 do Código Eleitoral, pune-se a conduta de quem vota ou tenta votar no lugar de outra pessoa:



Art. 309. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem:

Pena - reclusão até três anos.

Este crime é qualificado como de atentado ou de empreendimento.

#### **Questão 45**

Nos casos de injúria, calúnia e difamação, a retratação deve ser oferecida pelo próprio sujeito ativo até a prolação de sentença pelo juiz. Esta causa de extinção da punibilidade não se comunica aos demais agentes, extinguindo a punibilidade apenas daquele que se retratou.

---

### **Direito Processual Penal**

---

#### **Questão 46**

Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

A gravidade em abstrato do crime justifica a prisão preventiva com base na garantia da ordem pública, representando, por si só, fundamento idôneo para a segregação cautelar do réu.

#### **Questão 47**

Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

As medidas cautelares pessoais são decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, no curso da ação penal, ou no curso da investigação criminal, somente por representação ou requerimento.

#### **Questão 48**

Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

Em razão do sistema processual brasileiro, não é possível ao magistrado determinar, de ofício, a prisão preventiva do indiciado na fase de investigação criminal ou pré-processual.

#### **Questão 49**

Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

A inafiançabilidade dos crimes hediondos e daqueles que lhes são assemelhados não impede a concessão judicial da liberdade provisória sem fiança.

#### **Questão 50**

Tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores e o posicionamento doutrinário dominante a respeito de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue os seguintes itens.

A fiança somente pode ser fixada como contracautela, ou seja, como substituição da prisão em flagrante ou da prisão preventiva anteriormente decretada.

#### **Questão 51**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:



Por substanciar ato próprio da fase inquisitorial da persecução penal, é possível o indiciamento, pela autoridade policial, após o oferecimento da denúncia, mesmo que esta já tenha sido admitida pelo juízo a quo.

**Questão 52**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

O acesso aos autos do inquérito policial por advogado do indiciado se estende, sem restrição, a todos os elementos informativos, mesmo aqueles com diligências pendentes.

**Questão 53**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

Em consonância com o dispositivo constitucional que trata da vedação ao anonimato, é vedada a instauração de inquérito policial com base unicamente em denúncia anônima, salvo quando constituírem, elas próprias, o corpo de delito.

**Questão 54**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

O arquivamento de inquérito policial mediante promoção do MP por ausência de provas impede a reabertura das investigações: a decisão que homologa o arquivamento faz coisa julgada material.

**Questão 55**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

De acordo com a Lei de Drogas, estando o indiciado preso por crime de tráfico de drogas, o prazo de conclusão do inquérito policial é de noventa dias, prorrogável por igual período desde que imprescindível para as investigações.

**Questão 56**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

O flagrante diferido que permite à autoridade policial retardar a prisão em flagrante com o objetivo de aguardar o momento mais favorável à obtenção de provas da infração penal prescinde, em qualquer hipótese, de prévia autorização judicial.

**Questão 57**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

Para a admissibilidade de prisão temporária exige-se, cumulativamente, a presença dos seguintes requisitos: imprescindibilidade para as investigações, não ter o indiciado residência fixa ou não fornecer dados esclarecedores de sua identidade e existência de indícios de autoria em determinados crimes.

**Questão 58**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

Na ação penal privada, todas as manifestações de disponibilidade pelo ofendido serão extensivas a todos os réus e(ou) responsáveis pelo fato delituoso, independentemente de qualquer reserva ou condição apresentada por eles.





**Questão 59**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

Na reprodução simulada, também denominada de reconstituição do crime, a participação do acusado é facultada à sua vontade.

**Questão 60**

Tendo como referência a doutrina majoritária e o entendimento dos tribunais superiores, assinale verdadeiro ou falso:

Amadeu, com vinte anos de idade, encontrou Márcia, com dezesseis anos de idade, sua ex-vizinha, em um baile de carnaval realizado em uma praia. Ao perceber que Márcia se encontrava em estado de embriaguez, apresentando perda do raciocínio e de discernimento, Amadeu aproveitou para praticar diversos atos libidinosos e ter conjunção carnal com ela, mesmo sem o seu consentimento. Nessa situação hipotética, a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante representação de Márcia ou de seus pais.

---

**Legislação Penal Especial**

---

**Questão 61**

O crime de lavagem de capitais, delito autônomo em relação aos delitos que o antecedam, não está inserido no rol dos crimes hediondos.

**Questão 62**

Um homem penalmente capaz foi preso e autuado em flagrante pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes. Ao final do processo-crime, o juiz da causa determinou a juntada do laudo toxicológico definitivo, o que não ocorreu. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ, não poderá o juiz proferir sentença condenatória valendo-se apenas do laudo preliminar da substância entorpecente.

**Questão 63**

Aquele que fornece a adolescente, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, ou munição de uso restrito ou proibido fica sujeito à sanção prevista no ECA, em decorrência do princípio da especialidade.

**Questão 64**

Para a caracterização do delito de lavagem de dinheiro, a legislação de regência prevê um rol taxativo de crimes antecedentes, geradores de ativos de origem ilícita, sem os quais o crime não subsiste.

**Questão 65**

O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, segundo sua análise técnico-jurídica do fato. Tanto o juiz como a Comissão Parlamentar de Inquérito não podem determinar que o Delegado de Polícia faça o indiciamento de alguém.

**Questão 66**

Conforme a jurisprudência pacificada do STF, o crime de porte ilegal de arma de fogo é de perigo abstrato, de modo que não se exige demonstração de ofensividade real para sua consumação.

**Questão 67**

O funcionário público que constrange o estagiário a praticar contravenção penal poderá ser responsabilizado pelo crime de tortura do artigo 1º da Lei nº 9.455/1997.



**Questão 68**

De acordo com a lei nº 9296/1996, a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada a requerimento da autoridade policial, na fase de investigação criminal, ou a requerimento do MP, somente na fase de instrução criminal.

**Questão 69**

Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

**Questão 70**

A ausência de coisa julgada de transação penal permite retornar-se à situação anterior, possibilitando ao Ministério Público o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial, se forem descumpridas as cláusulas de acordo.

**Questão 71**

Acerca do rito sumaríssimo, são regras procedimentais expressamente previstas na Lei nº 9099/95: possibilidade de oferecimento de denúncia oral; necessidade de apresentação concomitante de interposição e razões em caso de apelação.

**Questão 72**

Para a incidência da majorante de pena, prevista no artigo 40, inciso V da Lei 11.343/06, ao crime de tráfico de drogas interestadual, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, basta que esteja demonstrado, de forma inequívoca, que o traficante tinha intenção de extrapolar as fronteiras de um Estado, mesmo que assim não consiga.

**Questão 73**

A partir de entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, pode-se dizer que nem todo o crime de tráfico de drogas pode ser considerado crime equiparado a hediondo.

**Questão 74**

O crime de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse admite tentativa.

**Questão 75**

Com relação ao crime de tortura, é correto afirmar que aquele que se omite perante a tortura quando tinha o dever de evitá-la responderá apenas pelo crime de prevaricação do Código Penal.

**Questão 76**

Marcelino, primário e de bons antecedentes, é denunciado pelo crime de furto simples, oportunidade em que é citado para responder aos termos da acusação. Neste caso, de acordo com o entendimento jurisprudencial dominante no Supremo Tribunal Federal e com base na lei 9099/95, na ausência de proposta de suspensão condicional do processo, deve o juiz aplicar analogicamente o art. 28 do Código de Processo Penal.

---

**Criminologia**

---

**Questão 77**

Existem 04 concepções que buscam estabelecer a relação entre o crime e o criminoso, sendo elas: Concepção Clássica; Concepção Positivista; Concepção Marxista e Concepção Correccionalista. Em ênfase a concepção correccionalista, tal possui uma concepção mais piedosa do criminoso,



vislumbrando o infrator como um ser inferior que carece de capacidade, sendo incapaz de conduzir seus atos, assim o Estado deve intervir nessa situação dando tutela ao indivíduo.

**Questão 78**

Uma das principais preocupações no Estado Democrático de Direito é a prevenção do crime, assim entende-se que a prevenção secundária do delito é aquela que atua diretamente na sociedade, de maneira difusa, a fim de implementar a qualidade dos direitos sociais, que são considerados pela criminologia fatores de desenvolvimento sadio da sociedade que mitiga a criminalidade.

**Questão 79**

A Escola Positivista que antecede a Escola Clássica, defende a ideia do livre arbítrio e acredita que o ato de delinquir é uma escolha do indivíduo. Ao contrário a Escola Clássica vislumbra o crime como algo patológico.

**Questão 80**

Rafael Garófalo, fez parte da Escola Clássica onde defendia que o crime estava no homem e se revelava como degeneração deste. Classificou os criminosos em natos (instintivos); fortuitos (de ocasião); defeito moral especial (assassinos, violentos, ímprobos, e cínicos), adotou a pena de morte aos primeiros.

**Questão 81**

Acerca da prevenção do crime, temos que a prevenção primária é aquela que atua diretamente na pessoa do recluso, tendo por finalidade evitar a reincidência penal e promover meios de ressocialização do apenado, por meio de programas que ofereçam ao apenado trabalho, saúde, educação, dentre outros direitos sociais.

**Questão 82**

A criminologia moderna reconhece que não basta reprimir o crime, deve-se atuar de forma imperiosa na prevenção dos fatores criminais. Assim a alteração do cenário do crime é capaz de prevenir o crime. Desse modo, trabalho, saúde, lazer, educação, saneamento básico e iluminação pública, quando oferecidos à sociedade de maneira satisfatória, são considerados forma de prevenção primária do delito, capaz de abrandar os fenômenos criminais.

**Questão 83**

A teoria da subcultura delinquente, inserida dentro das teorias do consenso, foi criada pelo sociólogo Albert Cohen, e defende que a existência de subculturas criminais é um meio de reação necessária de algumas minorias muito desfavorecidas, em face das exigências sociais de sobrevivência.

**Questão 84**

A Escola de Chicago, em ênfase a Teoria Ecológica, propõe para o controle da criminalidade a mudança efetiva nas condições econômicas e sociais das crianças; reconstrução da "solidariedade social" por meio do fortalecimento das forças construtivas da sociedade (igrejas, escolas, associações de bairros); apoio estatal para redução e diminuição da pobreza e desemprego.

**Questão 85**

A teoria da Anomia, introduzida por Emile Durkheim no século XIX, seguiu as orientação da Escola Positivista, defendendo a ideia do crime como algo patológico. Desse modo, tal teoria é vista como uma complementação das teorias de orientação biológica e caracterológica do delinquente, em plena guinada sociológica.

---

**Direito Civil**

---

**Questão 86**



A respeito dos defeitos do negócio jurídico, julgue o item que se segue.

A coação, ao inculcar no paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, torna nulo o negócio jurídico.

**Questão 87**

A respeito do ato ilícito e da responsabilidade civil, julgue o seguinte item.

A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente não constitui ato ilícito, mas a pessoa lesada, que não causou o perigo, tem direito à indenização do prejuízo que sofreu, diretamente daquele que evitou o perigo.

**Questão 88**

Ainda a respeito do ato ilícito e da responsabilidade civil, julgue o seguinte item.

O abuso de direito é uma categoria jurídica autônoma em relação à responsabilidade civil. Por isso, o exercício abusivo de posições jurídicas desafia controle independentemente de dano.

**Questão 89**

Sobre os bens públicos, a posse e os direitos reais, analise o item a seguir.

O ajuizamento de ação contra o foreiro, na qual se pretende usucapião do domínio útil do bem, que consiste num terreno de marinha objeto de aforamento, não viola a regra de que os bens públicos não se adquirem por usucapião.

---

**Direito Processual Civil**

---

**Questão 90**

De acordo com o STJ, a sentença que julgar improcedente a ação de improbidade administrativa se submeterá ao regime de reexame necessário, independentemente do valor atribuído à causa.

**Questão 91**

Segundo posicionamento jurisprudencial recente do STJ, responda:

Em mandado de segurança impetrado contra redução do valor de vantagem integrante de proventos ou de remuneração de servidor público, os efeitos financeiros da concessão da ordem retroagem à data do ato impugnado.

**Questão 92**

No que se refere à imunidade de jurisdição dos Estados e de agentes diplomáticos e consulares, julgue o próximo item.

Em razão da instrumentalidade das formas, admite-se a presunção da renúncia da imunidade de jurisdição pelo Estado na fase de execução de um processo judicial, quando houver o ato expresso de renúncia na fase de conhecimento do mesmo processo.

**Questão 93**

A respeito da aplicação da tutela de urgência:

Não poderá ser concedida nos processos sobrestados por força do regime repetitivo.

**Questão 94**

Após ter sido citado em demanda que tramita pelo procedimento comum, Celso, além de se defender quanto ao mérito das alegações, deseja alegar incompetência relativa e incorreção quanto ao valor da causa, bem como apresentar reconvenção. Nessa situação hipotética, de acordo com o CPC, devem ser apresentadas:



A defesa de mérito e a incompetência relativa, na contestação; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.

---

### Direito Previdenciário

---

#### Questão 95

Com relação à organização e aos princípios da seguridade social, julgue os itens abaixo:

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, sendo a iniciativa privada livre para exercê-la nos termos e condições fixados pelo governo.

#### Questão 96

Com relação à organização e aos princípios da seguridade social, julgue os itens abaixo:

A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes das contribuições sociais e do orçamento da União, garantidora da prestação dos serviços nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

#### Questão 97

Julgue os itens a seguir, relacionados à jurisprudência dos tribunais superiores no que tange aos crimes praticados contra a previdência.

De acordo com o STF, o crime de apropriação indébita previdenciária não exige o dolo específico do empregador para se caracterizar.

#### Questão 98

Julgue os itens a seguir, relacionados à jurisprudência dos tribunais superiores no que tange aos crimes praticados contra a previdência.

De acordo com a jurisprudência do STJ, o ilícito cometido pelo segurado da previdência que implique a concessão indevida de benefício é de natureza permanente e se consoma apenas quando cessa o recebimento, iniciando-se daí a contagem do prazo prescricional.

#### Questão 99

Com relação aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, julgue os itens a seguir:

Nos termos da Lei n. 8.213/91, os segurados do Regime Geral de Previdência Social são os empregados, os contribuintes individuais, os trabalhadores avulsos, os segurados especiais e os facultativos.

#### Questão 100

Com relação aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, julgue os itens a seguir:

O recebimento de valores decorrentes de programa assistencial oficial do governo federal não descaracteriza a condição de segurado especial.

#### Questão 101

No que tange aos custeio e salário-de-contribuição:

O segurado especial da Previdência Social não é obrigado a recolher contribuição sobre a receita da venda da produção do respectivo grupo familiar.

#### Questão 102

No que tange aos custeio e salário-de-contribuição:

Integra o salário de contribuição os valores recebidos a título de diárias, desde que não excedam 50% da remuneração mensal do indivíduo.



---

**Direito Tributário**

---

**Questão 103**

Acerca das imunidades tributárias, julgue os itens a seguir:

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não reconhece a imunidade tributária dos *e-readers* – equipamentos eletrônicos utilizados exclusivamente para leitura de livros eletrônicos – quando estes forem equipados com dicionários, marcadores, escolhas do tipo e tamanho da fonte, ainda que tais funcionalidades sejam rudimentares e tenham como objetivo auxiliar a leitura digital.

**Questão 104**

Acerca das imunidades tributárias, julgue os itens a seguir:

A imunidade tributária prevista pelo artigo 195, §7º, da Constituição Federal, referente às entidades beneficentes de assistência social, pode ser classificada como uma imunidade condicionada, porque sua fruição depende do atendimento dos requisitos previstos na lei ordinária.

**Questão 105**

Acerca das imunidades tributárias, julgue os itens a seguir:

Se o município X importar um computador para ser utilizado em uma escola pública, será imune com relação ao Imposto de Importação, por figurar como contribuinte de direito desse tributo.

---

**Direito Financeiro**

---

**Questão 106**

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue:

O Poder Executivo federal pode, para fins de cumprimento de metas fiscais, limitar, mediante decreto de contingenciamento, a execução de despesas decorrentes de obrigação constitucional, dado o caráter meramente autorizativo da lei orçamentária anual.

**Questão 107**

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue:

Um município poderá, em sua lei de orçamento, consignar dotação ilimitada para despesas de programas voltados à superação de grave problema de mobilidade urbana.

---

**Direito Internacional Público**

---

**Questão 108**

Embora o art. 38 do Estatuto da CIJ não faça menção aos atos unilaterais e às decisões das organizações internacionais, estes são considerados fontes do direito internacional pela doutrina.

**Questão 109**

São considerados sujeitos de direito internacional os Estados, as organizações internacionais e os indivíduos. As ONGs são apenas atores internacionais, à exceção do Comitê Internacional da Cruz Vermelha que, pela sua importância no cenário internacional, tem sua personalidade de DIP reconhecida por boa parte da doutrina.

**Questão 110**

No Brasil, a extradição não será concedida quando a lei brasileira impuser ao crime pena de prisão inferior a 2 (dois) anos e, ainda, quando o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.



**Questão 111**

Segundo a Lei da Migração, a autorização de residência não poderá, em nenhuma hipótese, ser concedida a pessoa condenada criminalmente no Brasil ou no exterior por sentença transitada em julgado.

**Questão 112**

Uma organização internacional, para se instalar no território de um Estado, precisa celebrar com este um acordo de sede. O acordo de sede pode ser celebrado com qualquer Estado, que não precisa ser um Estado-membro da organização internacional.

**Questão 113**

A Convenção de Palermo prevê que os Estados deverão adotar medidas para combater a lavagem de dinheiro, bem como para responsabilizar pessoas jurídicas que participem em infrações graves envolvendo um grupo criminoso organizado.

**Questão 114**

A Convenção de Palermo é aplicada à prevenção, investigação, instrução e julgamento da criminalidade organizada transnacional, instando os Estados-parte a tipificarem como crimes a participação em grupo criminoso organizado, a lavagem do produto do crime, a corrupção e a obstrução à justiça.

---

**Direito Empresarial**

---

**Questão 115**

O Código Napoleônico de 1807 foi o marco inicial do Sistema Francês, que adotou a teoria dos atos de comércio, segundo a qual a matéria comercial vem delimitada pela prática de certos atos, e não mais pelo agente, como ocorria no Sistema Subjetivo.

**Questão 116**

O produtor rural que desempenha, de forma profissional, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços tem a faculdade de se inscrever na Junta Comercial. Nada obstante, sua inscrição tem natureza meramente declaratória já que se considera empresário desde o início do exercício de sua atividade econômica organizada.

**Questão 117**

Segundo o art. 1.142 do Código Civil: "Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.". Apesar das divergências doutrinárias, prevalece que o estabelecimento empresarial tem natureza jurídica de universalidade de fato, já que se trata de um complexo de relações jurídicas formado por força de lei, assim como a massa falida.

**Questão 118**

No campo do Direito Marcário, a degeneração ou teoria da diluição representa a perda da capacidade distintiva da marca, mas não a extinção do seu registro.

**Questão 119**

A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura do contrato social, mas deve inscrevê-lo no órgão competente para mantê-la.

**Questão 120**

De acordo com o Código Civil, em caso de desvio de finalidade, caracterizado pelo abuso da personalidade jurídica ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas

# 1º SIMULADO NACIONAL

## Delegado da Polícia Federal



e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.